



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP Nº 023/2026

### I - INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP constitui a etapa inicial do planejamento da contratação, tendo por finalidade analisar a necessidade da Administração Pública Municipal, bem como avaliar as alternativas disponíveis no mercado para o atendimento da demanda identificada.

O objetivo deste documento é fundamentar tecnicamente a futura contratação para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias do Município de Pimenta/MG, de modo a assegurar condições adequadas de segurança e saúde ocupacional aos servidores no exercício de suas atividades.

Ressalta-se que a presente contratação contempla, especialmente, a readequação de itens que restaram fracassados no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026**, considerando as análises técnicas realizadas e a necessidade de aprimoramento dos descritivos e condições da contratação, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção de propostas mais vantajosas.

Dessa forma, busca-se, por meio deste ETP, identificar a solução mais adequada, eficiente e economicamente viável para o Município, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente aqueles previstos na Lei nº 14.133/2021, tais como legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e vantajosidade.

### II - IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS REQUISITANTES

A presente demanda, referente à futura contratação para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, decorre das necessidades identificadas pelas diversas Secretarias do Município de Pimenta/MG, cujas atividades compreendem serviços administrativos, operacionais, técnicos e de campo, que exigem, de forma contínua, a utilização de equipamentos de proteção individual, em conformidade com as normas de saúde e segurança do trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06).

Ressalta-se que a presente contratação também visa suprir itens que restaram fracassados no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026**, sendo necessário o replanejamento da aquisição, com a devida adequação dos descritivos técnicos e condições de mercado, a fim de garantir maior competitividade e efetividade no novo certame.

A Equipe de Planejamento da Contratação foi devidamente constituída nos autos do processo administrativo, sendo composta por representantes das áreas requisitantes, da área técnica e do setor de contratações, reunindo as competências necessárias para a adequada condução da fase de planejamento, incluindo conhecimento técnico acerca dos EPIs, da legislação aplicável à segurança do trabalho e das normas que regem as contratações públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As áreas requisitantes e seus respectivos responsáveis pelo levantamento da demanda são as seguintes:





### **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**

Responsável: Kênia Sidalia do Carmo  
E-mail: [administracao@pimenta.mg.gov.br](mailto:administracao@pimenta.mg.gov.br)  
Telefone: (37) 3412-2820

### **Secretaria Municipal de Educação**

Responsável: Maria Gorete Araújo Costa  
E-mail: [mariagoreteacosta@gmail.com](mailto:mariagoreteacosta@gmail.com)  
Telefone: (37) 3412-2820

### **Secretaria Municipal de Saúde**

Responsável: Linara Mirelle Domingos  
E-mail: [secretariasaude@pimenta.mg.gov.br](mailto:secretariasaude@pimenta.mg.gov.br)  
Telefone: (37) 3412-2820

### **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Responsável: Érika da Silveira Barbosa  
E-mail: [semabes@yahoo.com.br](mailto:semabes@yahoo.com.br)  
Telefone: (37) 3412-2820

### **Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes**

Responsável: Judas Tadeu Pinto  
E-mail: [administracao@pimenta.mg.gov.br](mailto:administracao@pimenta.mg.gov.br)  
Telefone: (37) 3412-2820

### **Secretaria Municipal de Urbanismo**

Responsável: Rafael Silva Alves  
E-mail: [engenharia@pimenta.mg.gov.br](mailto:engenharia@pimenta.mg.gov.br)  
Telefone: (37) 3412-2820

## **III - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE / FUNDAMENTO**

A presente demanda decorre da necessidade permanente de garantir condições adequadas de segurança, saúde e integridade física aos servidores do Município de Pimenta/MG, durante o desempenho de suas atividades laborais, em observância às normas de saúde e segurança do trabalho, especialmente à Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06), bem como aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público.

As diversas Secretarias Municipais identificam a necessidade contínua de fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, destinados à proteção dos servidores que atuam em atividades administrativas, operacionais, técnicas e de campo, incluindo serviços de manutenção urbana, obras, transporte, atendimentos de saúde, ações sociais, atividades educacionais, esportivas e demais rotinas institucionais.

Trata-se de demanda de caráter permanente, recorrente e essencial, uma vez que a utilização de EPIs constitui medida indispensável para a prevenção de acidentes de trabalho, redução de riscos





ocupacionais e garantia de condições seguras para a execução das atividades, sendo obrigação da Administração Pública fornecer gratuitamente os equipamentos adequados aos servidores, conforme previsto na legislação trabalhista e nas normas regulamentadoras aplicáveis.

Ressalta-se que, no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026**, diversos itens relativos à aquisição de EPIs restaram fracassados, em razão de fatores como inadequações nos descritivos técnicos e divergências em relação às condições praticadas no mercado. Diante disso, torna-se necessária a realização de novo processo licitatório, com o devido replanejamento da contratação, visando à adequação das especificações técnicas, à ampliação da competitividade e à obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

As quantidades estimadas foram definidas com base no levantamento realizado junto às Secretarias requisitantes, considerando o histórico de consumo, a demanda atual e a previsão de utilização ao longo da vigência da futura ata de registro de preços, observando-se as particularidades de cada atividade desempenhada pelos servidores.

A ausência ou insuficiência de fornecimento de EPIs pode acarretar riscos à saúde e à integridade física dos servidores, aumento da incidência de acidentes de trabalho, responsabilização da Administração e prejuízos à continuidade e à qualidade dos serviços públicos prestados.

Dessa forma, a presente demanda tem por finalidade assegurar que o Município de Pimenta/MG disponha dos meios necessários para fornecer, de forma contínua, adequada e eficiente, os Equipamentos de Proteção Individual aos seus servidores, garantindo o cumprimento da legislação vigente e a adequada execução das atividades institucionais.

#### **IV - PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO**

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 12, inciso VII e §1º, estabelece o Plano de Contratações Anual – PCA como instrumento de planejamento das contratações públicas, com vistas à racionalização das despesas, ao aprimoramento da governança e à ampliação da transparência administrativa.

O Município de Pimenta/MG reconhece a importância do referido instrumento como ferramenta estratégica de planejamento. Contudo, informa-se que, até o presente momento, a Administração Municipal ainda não dispõe de sistema plenamente estruturado para a elaboração, consolidação e gestão formal do Plano de Contratações Anual, o que inviabiliza sua implementação integral nos moldes previstos na legislação.

Não obstante, a presente demanda, referente à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, encontra-se alinhada ao planejamento interno da Administração e às necessidades recorrentes das Secretarias Municipais, considerando o histórico de consumo, a obrigatoriedade legal de fornecimento desses equipamentos e as demandas operacionais identificadas.

Destaca-se, ainda, que a contratação ora pretendida decorre, inclusive, da necessidade de readequação de itens que restaram fracassados no **Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026**, evidenciando seu caráter emergente no âmbito do planejamento administrativo.





Ressalta-se, por fim, que a Administração Municipal se encontra em processo de avaliação e implementação de soluções que possibilitem a futura instituição do Plano de Contratações Anual, com o objetivo de aprimorar o planejamento das contratações, fortalecer a governança pública e assegurar plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## **V - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

O presente capítulo estabelece os requisitos necessários à adequada contratação para fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), visando garantir a qualidade dos produtos, a segurança dos usuários, a conformidade com as normas legais e regulamentares e a correta execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **Requisitos Gerais**

Os produtos a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sendo vedado o fornecimento de itens recondicionados, reutilizados ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas. Os EPIs deverão atender integralmente às especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, especialmente quanto à qualidade, durabilidade, funcionalidade e segurança, garantindo sua adequada utilização pelos servidores públicos.

### **Requisitos Normativos e de Segurança**

Os equipamentos deverão observar as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, especialmente as disposições da NR-06, quando cabível.

- Para os itens classificados como Equipamentos de Proteção Individual, será exigido Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo órgão competente.
- Considerando a natureza dos itens, nem todos os produtos exigem CA, sendo tal exigência restrita apenas àqueles enquadrados como EPI nos termos da legislação vigente.
- Não será exigida Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) da ANVISA, tendo em vista que os itens objeto desta contratação não estão sujeitos a tal exigência regulatória.

### **Requisitos de Qualidade e Aceitação**

Os produtos deverão apresentar padrão de qualidade compatível com as especificações técnicas exigidas, não sendo admitidos itens com defeitos, avarias, baixa durabilidade ou fora dos padrões estabelecidos.

- A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, os produtos que não atendam às especificações técnicas ou às normas aplicáveis.
- Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento.

### **Requisitos de Logística e Fornecimento**

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços.

- A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e entrega dos produtos.
- Os prazos de entrega deverão ser cumpridos conforme estabelecido no Termo de Referência.





- Eventuais falhas no fornecimento deverão ser corrigidas pela contratada sem ônus para a Administração.

### **Requisitos de Sustentabilidade**

A contratação deverá observar, sempre que possível, práticas que minimizem impactos ambientais, em consonância com a legislação vigente e os princípios da sustentabilidade.

- Preferência por embalagens recicláveis ou reutilizáveis.
- Redução de desperdícios e adoção de boas práticas logísticas.
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos, quando aplicável.

### **Requisitos de Habilitação Técnica**

As empresas participantes deverão demonstrar aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado(s) de capacidade técnica compatível com a natureza da contratação.

Deverão, ainda, possuir regularidade quanto à sua atividade econômica, compatível com o fornecimento de EPIs.

### **Requisitos de Garantia**

Aplica-se aos produtos fornecidos a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor.

- A contratada deverá substituir, sem ônus, os produtos que apresentarem defeitos, vícios ou não conformidades.
- A substituição deverá ocorrer dentro dos prazos definidos no Termo de Referência.

### **Requisitos de Gestão e Fiscalização**

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- A contratada deverá atender às solicitações da Administração e às determinações da fiscalização.
- Deverá ser assegurada a rastreabilidade mínima dos fornecimentos, quando necessário.

## **VI- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada a partir de levantamento técnico realizado junto às diversas Secretarias do Município de Pimenta/MG, considerando as necessidades operacionais identificadas, o histórico de consumo de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, bem como as demandas recorrentes relacionadas às atividades desempenhadas pelos servidores.

O referido levantamento levou em consideração a natureza das atividades exercidas em cada setor, abrangendo serviços administrativos, operacionais, técnicos e de campo, os quais exigem a utilização contínua de EPIs, conforme as normas de segurança e saúde no trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06). Foram também considerados fatores como frequência de uso, desgaste natural dos equipamentos, substituições periódicas e ampliação das demandas operacionais das Secretarias.





Destaca-se, ainda, que a presente estimativa contempla, especialmente, os itens que restaram fracassados no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026**, sendo realizado novo levantamento com base nas análises técnicas promovidas, incluindo a revisão dos descritivos e a adequação às condições praticadas no mercado, conforme apontamentos da área técnica de segurança do trabalho.

Ressalta-se que, nesta fase, os itens e quantitativos são apresentados sem a vinculação a valores unitários, tendo como objetivo demonstrar o dimensionamento preliminar da demanda e subsidiar as etapas subsequentes do planejamento da contratação.

Salienta-se, ainda, que os quantitativos apresentados poderão ser ajustados, revisados ou redefinidos ao longo da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e das demais fases do processo, caso se verifique a necessidade de adequação em razão de fatores como atualização da demanda, disponibilidade de mercado, viabilidade técnica ou identificação de solução mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência, da economicidade e da vantajosidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **VII- LEVANTAMENTO DE MERCADO (CENÁRIOS)**

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar e analisar as alternativas disponíveis para o atendimento da demanda do Município de Pimenta/MG quanto ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, de forma contínua, eficiente e tecnicamente adequada, assegurando a proteção dos servidores e o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho.

A análise considerou o histórico recente de contratações da Administração Municipal, especialmente o resultado do **Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026**, no qual foram verificados itens fracassados, bem como as manifestações da área técnica de segurança do trabalho, que apontaram a necessidade de ajustes nos descritivos e adequação às condições praticadas no mercado.

Foram também considerados fatores como a diversidade de EPIs demandados, a necessidade de fornecimento contínuo, a obrigatoriedade legal de disponibilização dos equipamentos aos servidores (NR-06), a variabilidade de consumo entre as Secretarias e a busca por soluções que proporcionem economicidade, competitividade e eficiência administrativa.

Diante disso, verifica-se que o mercado de fornecimento de EPIs apresenta diferentes alternativas contratuais aptas a atender à demanda, as quais são analisadas a seguir.

### **7.1 – Modalidades de fornecimento de EPIs**

#### **a) Contratações pontuais por aquisição direta**

##### **Vantagens (pontos fortes):**

- Atendimento imediato de demandas específicas ou emergenciais;
- Flexibilidade para aquisições de pequeno volume.

##### **Desvantagens (riscos e limitações):**

- Fragmentação das contratações e aumento da carga administrativa;







- Ausência de ganho de escala, resultando em preços menos vantajosos;
- Baixa previsibilidade orçamentária;
- Risco de despadronização dos equipamentos adquiridos;
- Inviabilidade para demandas contínuas e recorrentes.

**b) Aquisição por meio de licitação convencional (compra única)**

**Vantagens (pontos fortes):**

- Possibilidade de definição clara de quantitativos e preços;
- Procedimento estruturado e com ampla competitividade.

**Desvantagens (riscos e limitações):**

- Necessidade de aquisição integral dos quantitativos previamente estimados;
- Risco de excesso de estoque ou falta de materiais ao longo do tempo;
- Menor flexibilidade para atender variações da demanda;
- Dificuldade de reposição rápida em caso de consumo acima do previsto.

**c) Contratação por meio de consórcios públicos**

**Vantagens (pontos fortes):**

- Possibilidade de ganho de escala e redução de custos;
- Compartilhamento de estrutura administrativa.

**Desvantagens (riscos e limitações):**

- Menor autonomia do Município na definição de especificações e quantitativos;
- Dependência de planejamento e disponibilidade do consórcio;
- Risco de inadequação dos itens às necessidades específicas da Administração.

**d) Licitação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP)**

**Vantagens (pontos fortes):**

- Adequada para demandas contínuas e recorrentes, como é o caso dos EPIs;
- Possibilita aquisições conforme a necessidade efetiva da Administração;
- Evita formação de estoques desnecessários;
- Proporciona maior previsibilidade e controle dos gastos públicos;
- Estimula a competitividade entre fornecedores;
- Permite reposição gradual dos equipamentos conforme consumo.

**Desvantagens (riscos e limitações):**

- Necessidade de adequada estimativa de quantitativos;
- Dependência da disponibilidade do fornecedor registrado;
- Eventual necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro.

**e) Adesão a Ata de Registro de Preços (carona)**

**Vantagens (pontos fortes):**

- Agilidade na contratação;
- Redução do tempo de tramitação processual;
- Possibilidade de aproveitamento de preços já registrados.

**Desvantagens (riscos e limitações):**

- Limitações quantitativas previstas na legislação;
- Possível inadequação dos itens às necessidades específicas do Município;
- Menor controle sobre especificações técnicas;
- Dependência da anuência do órgão gerenciador e do fornecedor.





## **Avaliação da solução mais adequada**

Após análise das alternativas disponíveis, verifica-se que a **licitação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP)** se apresenta como a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para o Município de Pimenta/MG.

A adoção de contratações pontuais mostra-se inadequada diante do caráter contínuo e recorrente da demanda por EPIs, além de gerar fragmentação administrativa e perda de economicidade.

A realização de compra única também não se mostra ideal, uma vez que exige a aquisição integral dos quantitativos estimados, podendo resultar em excesso de estoque ou insuficiência de materiais ao longo da vigência, considerando a variabilidade do consumo entre as Secretarias.

A contratação por meio de consórcios públicos, embora apresente vantagens relacionadas à escala, limita a autonomia da Administração e pode não atender de forma adequada às especificidades dos itens e às necessidades locais.

Da mesma forma, a adesão a atas de registro de preços (carona) apresenta restrições quanto à adequação técnica dos itens, limitações quantitativas e menor controle por parte do Município.

Por sua vez, o Sistema de Registro de Preços permite que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva da Administração, garantindo maior flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Destaca-se, ainda, que a adoção do SRP se mostra especialmente adequada no presente caso, considerando que a contratação decorre, em parte, da necessidade de readequação de itens que restaram fracassados no **Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026**, sendo fundamental a adoção de modelo que permita ajustes ao longo da execução contratual e maior aderência às condições de mercado.

Dessa forma, conclui-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços constitui a solução mais vantajosa e juridicamente adequada, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **7.2 – Saneamento do Objeto e Padronização das Especificações Técnicas**

Após a análise de mercado e a definição do Sistema de Registro de Preços como solução mais adequada para a contratação, procedeu-se ao saneamento técnico do objeto, com o objetivo de ajustar os descritivos dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs às condições reais de fornecimento do mercado, ampliar a competitividade do certame e assegurar a viabilidade técnica, operacional e econômica da futura contratação.

O saneamento do objeto foi realizado com base nas manifestações técnicas da profissional responsável pela área de Segurança do Trabalho, a qual analisou os itens que restaram fracassados no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026**, identificando possíveis fatores restritivos à competitividade, inconsistências técnicas e exigências desnecessárias nos descritivos originais.







As considerações técnicas apresentadas foram devidamente incorporadas à planilha de formalização da demanda, resultando na revisão e adequação das especificações dos itens, com vistas à sua compatibilização com os padrões praticados no mercado, sem prejuízo da segurança e da proteção dos usuários.

### **Revisão e Adequação das Especificações Técnicas**

O processo de saneamento contemplou, entre outros aspectos:

- **Simplificação de descritivos excessivamente restritivos**, com a retirada de exigências que não impactam diretamente na segurança do usuário, mas que poderiam limitar a participação de fornecedores;
- **Adequação de características técnicas**, permitindo variações compatíveis com diferentes fabricantes, desde que atendidos os requisitos mínimos de desempenho e segurança;
- **Padronização das descrições**, priorizando requisitos funcionais em detrimento de especificações direcionadas a marcas, modelos ou tecnologias proprietárias;
- **Manutenção da exigência de Certificado de Aprovação (CA)** válido para todos os itens em que há obrigatoriedade, conforme previsto na Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06), garantindo que os equipamentos atendam às condições mínimas de segurança exigidas pela legislação.

### **Ajustes para Ampliação da Competitividade**

Destaca-se que foram promovidos ajustes relevantes com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, tais como:

- flexibilização de padrões de conexão em itens específicos, permitindo compatibilidade com diferentes sistemas disponíveis no mercado;
- revisão de materiais e composições, admitindo alternativas equivalentes tecnicamente aceitáveis;
- eliminação de exigências acessórias ou secundárias que encareciam os produtos sem ganho efetivo de segurança;
- adequação de parâmetros técnicos à realidade de fornecimento, evitando descrições incompatíveis com os produtos amplamente comercializados.

Tais medidas visam evitar a repetição de situações que resultaram em itens fracassados no certame anterior, promovendo maior participação de fornecedores e obtenção de propostas mais vantajosas.

### **Revisão de Parâmetros de Mercado**

Ressalta-se que, no âmbito da fase de elaboração do Documento de Formalização da Demanda – DFD, foram promovidos ajustes exclusivamente nos descritivos técnicos dos itens, com base na análise realizada pela área de Segurança do Trabalho, visando à eliminação de restrições indevidas e à adequação das especificações às condições efetivamente praticadas no mercado.

Destaca-se que, em momento posterior, no decorrer da fase de planejamento da contratação, será realizada a devida revisão dos valores estimados, tomando como referência os preços obtidos no **Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Processo Licitatório nº 002/2026**, especialmente aqueles oriundos de lances válidos, bem como outros parâmetros de mercado atualizados.





Tal medida tem por finalidade assegurar que os valores estimados da contratação estejam compatíveis com a realidade mercadológica, evitando a fixação de preços inexequíveis ou defasados, fator que pode comprometer a competitividade e resultar na frustração de itens no certame.

Dessa forma, a Administração busca atuar de maneira preventiva e planejada, promovendo o alinhamento entre especificações técnicas e valores de mercado, com vistas à obtenção de propostas mais vantajosas, à ampliação da competitividade e à efetividade da futura contratação, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **VIII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

A definição dos valores de referência teve como base pesquisa de mercado realizada por meio de contratações similares da Administração Pública, bem como dados extraídos de bases oficiais, observando-se critérios técnicos que asseguram a compatibilidade dos preços estimados com os praticados no mercado.

Inicialmente, no âmbito do planejamento preliminar da contratação, foi elaborada estimativa simplificada com base em valores históricos e na percepção inicial da demanda. Contudo, no decorrer da elaboração do Documento de Formalização da Demanda – DFD e deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, a relação de itens foi submetida a processo de revisão e ajuste técnico, com a participação da profissional de Segurança do Trabalho, visando maior precisão, adequação normativa e ampliação da competitividade do certame.

Nesse processo, foram promovidas, entre outras, as seguintes adequações:

- revisão dos descritivos técnicos, com a retirada de especificações excessivamente restritivas ou que pudessem direcionar marcas ou fabricantes;
- padronização das exigências conforme as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente a NR-06;
- adequação das características técnicas dos itens, de modo a garantir segurança ao usuário sem restringir indevidamente a competitividade;
- flexibilização de requisitos técnicos, como tipos de conexão e materiais, quando possível, sem prejuízo da qualidade e da segurança;
- manutenção da exigência de Certificado de Aprovação (CA) válido para todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs em que tal requisito é obrigatório.

Destaca-se que tais ajustes já foram devidamente incorporados na planilha constante do DFD, refletindo diretamente na estruturação do objeto e na qualidade da futura contratação.





Após o saneamento técnico dos itens, procedeu-se à realização da pesquisa de preços, formalizada por meio da Cotação nº 1728, elaborada com base em contratações públicas similares e outras fontes admitidas pela legislação vigente.

Para definição dos valores de referência, foi adotada a mediana dos preços obtidos, por se tratar de medida estatística que reduz a influência de valores extremos, proporcionando maior equilíbrio, confiabilidade e aderência à realidade de mercado, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e da vantajosidade.

Ressalta-se, ainda, que a estimativa considerou quantitativos previamente definidos pelas Secretarias Municipais requisitantes, com base nas necessidades operacionais e no consumo estimado dos equipamentos ao longo do período de vigência da contratação.

O levantamento resultou na planilha consolidada de itens, quantitativos e valores estimados, a qual integra o presente estudo e servirá de base para a elaboração do Termo de Referência e do orçamento estimado da contratação.

#### **Planilha consolidada dos procedimentos, quantidades e valores estimados**

<b>Item</b>	<b>Especificação (Ajustada)</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
<b>1</b>	Calçado ocupacional isolante elétrico, modelo botina, cano curto, com isolamento elétrica até 14kV, confeccionado em couro relax ou couro liso, com biqueira polimérica, solado em poliuretano (PU) bidensidade, resistente a óleo, abrasão e escorregamento, palmilha de montagem não condutiva, fechamento por cadarço não condutivo, forração interna transpirável. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Par	10	R\$ 75,66	R\$ 756,60
<b>2</b>	Botina de segurança confeccionada em couro, cano médio, com biqueira de aço, fechamento fechado, solado em poliuretano injetado bidensidade, palmilha de montagem em material resistente com tratamento antifungo e antibactéria, com palmilha higiênica, tamanhos variados. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Par	1025	R\$ 67,00	R\$ 68.675,00
<b>3</b>	Filtro químico combinado para proteção contra vapores orgânicos e gases ácidos, com sistema de conexão tipo baioneta ou rosca, compatível com máscara respiradora facial inteira (full face), com eficiência adequada para atividades com agentes químicos. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Unid	30	R\$ 84,71	R\$ 2.541,30
<b>4</b>	Capa de chuva para proteção do corpo contra umidade, com capuz conjugado, mangas, confeccionada em material sintético revestido em PVC, fechamento frontal com botões de pressão e costuras por solda eletrônica, tamanhos variados. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Unid	425	R\$ 22,00	R\$ 9.350,00
<b>5</b>	Capacete de segurança Classe B, Tipo I, confeccionado em material resistente a impacto e choque elétrico, com suspensão interna com ajuste por pinos ou catraca, com tira absorvente de suor, adequado para uso em atividades com risco elétrico. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Unid	5	R\$ 73,75	R\$ 368,75





6	Creme protetor de segurança para proteção da pele contra agentes químicos leves como óleo, graxa, solventes, poeira e cimento, em embalagem tipo bisnaga de aproximadamente 200g, com características dermatologicamente adequadas. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Unid	10	R\$ 11,17	R\$ 111,70
7	Luvas isolantes de borracha para eletricitista, Classe 0, confeccionadas em material elastomérico de alta isolamento elétrica, com formato anatômico, punho alongado, resistentes a ensaios de rigidez dielétrica, conforme normas aplicáveis. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Par	10	R\$ 438,12	R\$ 4.381,20
8	Luva de segurança em raspa de couro, cano longo (aproximadamente 25 cm), com reforço entre polegar e indicador e reforço interno na palma, tamanhos variados. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Par	210	R\$ 23,79	R\$ 4.995,90
9	Luva de procedimento não cirúrgico em látex, ambidestra, atóxica, descartável, resistente, com boa sensibilidade tátil, indicada para atividades de rotina em saúde, embaladas em caixas com 100 unidades, com registro ANVISA e identificação de lote. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido quando aplicável.	Caixa	100	R\$ 30,34	R\$ 3.034,00
10	Luva de segurança confeccionada em vaqueta, cano longo, macia, com reforço interno na palma e entre polegar e indicador, acabamento com viés, elástico no punho, tamanhos variados. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Par	1025	R\$ 23,36	R\$ 23.944,00
11	Luva térmica de cano longo, confeccionada em material resistente ao calor e frio, com comprimento aproximado de 40 cm, indicada para uso em cozinha, tamanho único. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Par	210	R\$ 48,00	R\$ 10.080,00
12	Máscara respiradora facial inteira (ful face), com corpo em elastômero ou silicone, visor panorâmico, sistema de vedação facial, compatível com filtros químicos, indicada para proteção contra agentes químicos. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Unid	15	R\$ 480,00	R\$ 7.200,00
13	Máscara de proteção para solda com escurecimento automático, visor com filtro adequado (DIN variável), estrutura resistente, com ajuste de fixação. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Unid	5	R\$ 118,00	R\$ 590,00
14	Protetor auditivo tipo concha (circum-auricular), para proteção contra níveis elevados de ruído, com atenuação mínima de 22 dB (NRRsf), com ajuste adequado. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Unid	250	R\$ 49,87	R\$ 12.467,50
15	Protetor auditivo tipo plug reutilizável, confeccionado em material elastomérico, com cordão, com atenuação mínima de 17 dB, fornecido com estojo para armazenamento. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	Unid	550	R\$ 4,80	R\$ 2.640,00
16	Conjunto impermeável (jaqueta e calça), confeccionado em PVC ou nylon, com espessura mínima de 0,15 mm, com capuz, fechamento frontal, ajustes nos punhos e pernas, com faixas refletivas, tamanhos variados.	Conjun to	300	R\$ 119,52	R\$ 35.856,00
17	Talabarte de segurança em Y, confeccionado em fita sintética de alta resistência, com absorvedor de energia, dois conectores tipo gancho com trava de segurança, indicado para trabalho em altura. Produto com Certificado de Aprovação (CA) válido.	unid	5	R\$ 349,96	R\$ 1.749,80
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 188.741,75</b>		

Com base nos dados apurados, o valor global estimado da contratação é de **R\$ 188.741,75 (cento e oitenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos)**





Destaca-se que os valores estimados possuem caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, não constituindo obrigação de aquisição integral por parte da Administração, uma vez que a contratação será realizada conforme a necessidade, especialmente considerando a possibilidade de utilização do Sistema de Registro de Preços.

Por fim, registra-se que, após a realização do certame, os valores poderão ser ajustados de acordo com os lances obtidos, de modo a assegurar maior aderência aos preços efetivamente praticados no mercado, contribuindo para o êxito do processo licitatório e mitigando o risco de frustração de itens, conforme verificado em procedimento anterior.

## **IX - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO/OBJETO COMO UM TODO**

A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste na **aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs**, destinados à proteção dos servidores municipais no desempenho de suas atividades laborais, especialmente aquelas que envolvem riscos físicos, químicos, biológicos, elétricos e mecânicos, em atendimento às exigências da legislação vigente, notadamente a NR-06.

Os itens que compõem o objeto foram definidos a partir de levantamento técnico realizado pelas Secretarias Municipais requisitantes, com apoio da área técnica de segurança do trabalho, sendo posteriormente consolidados no Documento de Formalização da Demanda – DFD. Tal levantamento considerou as atividades desempenhadas pelos servidores, os riscos ocupacionais identificados, o histórico de consumo e a necessidade de reposição e padronização dos equipamentos.

Registra-se que, no âmbito da fase preparatória, os itens inicialmente frustrados em procedimento anterior foram objeto de **saneamento técnico**, mediante análise especializada da profissional de segurança do trabalho, que promoveu ajustes nos descritivos com vistas à ampliação da competitividade, adequação às normas técnicas e eliminação de exigências excessivamente restritivas, sem prejuízo da segurança dos usuários.

A solução contempla o fornecimento de diversos tipos de EPIs, tais como: calçados de segurança, luvas de proteção, capacetes, protetores auditivos, máscaras respiratórias, vestimentas impermeáveis, talabartes, entre outros, todos com especificações técnicas ajustadas, exigência de Certificado de Aprovação (CA) válido quando aplicável e conformidade com as normas regulamentadoras pertinentes.

A execução contratual se dará por meio de fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Administração, permitindo maior eficiência na gestão de estoque, melhor aproveitamento dos recursos públicos e adequação às variações de consumo ao longo do período de vigência contratual.

Destaca-se que os descritivos dos itens foram revisados com foco na padronização técnica e na ampliação da competitividade, incluindo, entre outros aspectos:

- simplificação de especificações excessivamente restritivas;
- adequação de padrões de conectividade e compatibilidade entre equipamentos;
- manutenção das exigências normativas essenciais, especialmente quanto ao Certificado de Aprovação (CA);
- alinhamento às práticas de mercado, visando evitar novas frustrações no certame.







Adicionalmente, os valores estimados foram revisados com base em parâmetros atualizados de mercado, considerando referências obtidas em contratações públicas e pesquisa de preços, de modo a garantir maior aderência à realidade econômica e viabilidade da contratação.

Dessa forma, a solução proposta apresenta-se **tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente compatível**, permitindo à Administração Pública assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores, reduzir riscos ocupacionais e atender às exigências legais aplicáveis, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

**X - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO  
(ESSE TEXTO QUER DIZER SE A LICITAÇÃO SERÁ POR ITEM OU POR LOTE)**

Nos termos do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a definição quanto ao parcelamento do objeto deve considerar a viabilidade técnica, a competitividade do certame e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

No presente caso, a contratação será realizada **com julgamento por item**, tendo em vista que os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs que compõem o objeto possuem naturezas distintas, finalidades específicas e não apresentam interdependência técnica entre si, sendo plenamente possível sua aquisição de forma individualizada.

O parcelamento por item mostra-se a solução mais adequada, pois:

- amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, inclusive aqueles especializados em determinados tipos de EPI;
- evita a restrição indevida à participação de empresas que não comercializam todos os itens do objeto;
- possibilita a obtenção de propostas mais vantajosas para cada item, promovendo maior economicidade;
- reduz o risco de fracasso ou deserto do certame em relação ao conjunto total dos itens.

Destaca-se que, no procedimento anterior, alguns itens restaram frustrados, fato que evidenciou a necessidade de revisão dos descritivos técnicos e da estratégia de contratação, sendo adotadas, no âmbito do Documento de Formalização da Demanda – DFD, medidas de saneamento voltadas à ampliação da competitividade, sem prejuízo do atendimento às normas de segurança do trabalho.

Adicionalmente, o parcelamento por item favorece a gestão contratual, permitindo maior flexibilidade na aquisição dos produtos conforme a necessidade da Administração, bem como melhor controle do fornecimento e da qualidade dos materiais entregues.

Ressalta-se que, apesar da divisão por item, todos os produtos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas, bem como às exigências normativas aplicáveis, especialmente quanto à obrigatoriedade de Certificado de Aprovação (CA) válido para os equipamentos que assim o exigirem, conforme previsto na NR-06.







Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação por item é **tecnicamente viável, economicamente vantajoso e juridicamente adequado**, estando alinhado aos princípios da competitividade, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **XI - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A presente contratação, destinada à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, tem por finalidade garantir condições adequadas de segurança e saúde aos servidores municipais no desempenho de suas atividades, atendendo às exigências da legislação trabalhista e às normas regulamentadoras, especialmente a NR-06.

A disponibilização adequada de EPIs contribui diretamente para a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, promovendo um ambiente laboral mais seguro, organizado e eficiente, além de assegurar o cumprimento das obrigações legais por parte da Administração Pública.

Como resultados diretos, mensuráveis e esperados, destacam-se:

- redução da exposição dos servidores a riscos ocupacionais de natureza física, química, biológica, mecânica e elétrica;
- diminuição da ocorrência de acidentes de trabalho e afastamentos relacionados a condições inadequadas de proteção;
- padronização dos equipamentos utilizados pelos servidores, garantindo maior qualidade, segurança e conformidade com as normas técnicas aplicáveis;
- atendimento integral às exigências legais, especialmente quanto ao fornecimento de EPIs com Certificado de Aprovação (CA) válido, conforme previsto na NR-06;
- melhoria das condições de trabalho e do desempenho das atividades operacionais, técnicas e de campo;
- maior eficiência na gestão de estoque e na distribuição dos equipamentos, em razão do fornecimento conforme a necessidade da Administração;
- redução de riscos administrativos, trabalhistas e previdenciários decorrentes da ausência ou inadequação de equipamentos de proteção.

No âmbito da gestão pública, a contratação contribuirá para o fortalecimento das políticas de segurança do trabalho no Município, promovendo maior organização, planejamento e controle na aquisição e utilização de EPIs, além de assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, os resultados pretendidos estão alinhados aos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da prevenção, garantindo não apenas a proteção dos servidores, mas também a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

## **XII - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS ANTES DA CONTRATAÇÃO**

O presente capítulo tem por finalidade identificar, organizar e formalizar as providências administrativas, técnicas e gerenciais necessárias à adequada implementação da contratação destinada à **aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs**, assegurando a efetividade da solução proposta, o atendimento às normas de segurança do trabalho e a correta aplicação dos recursos públicos.





Antes da formalização da contratação, deverão ser adotadas, no âmbito administrativo, as seguintes providências:

- verificação da disponibilidade orçamentária e financeira compatível com o valor estimado da contratação;
- consolidação final da planilha de itens, quantitativos e valores estimados, conforme saneamento realizado na fase de planejamento;
- definição da modalidade de contratação e do critério de julgamento por item, conforme justificado neste Estudo Técnico Preliminar;
- elaboração, análise e validação do Termo de Referência, em consonância com as diretrizes estabelecidas neste ETP;
- definição das condições de fornecimento, prazos de entrega, critérios de recebimento e aceitação dos materiais;
- estabelecimento dos critérios de fiscalização, controle de qualidade e acompanhamento da execução contratual;
- definição das exigências de habilitação técnica e documental, especialmente quanto à conformidade dos produtos com as normas regulamentadoras e à apresentação de Certificado de Aprovação (CA) válido, quando aplicável;
- verificação da adequação dos descritivos técnicos, previamente ajustados no âmbito do Documento de Formalização da Demanda – DFD, com vistas à ampliação da competitividade e aderência ao mercado.

Registra-se que, diferentemente de contratações de serviços, a presente demanda não exige adaptações estruturais relevantes por parte da Administração Pública, uma vez que se trata de aquisição de bens de consumo, os quais serão armazenados e distribuídos conforme a necessidade das Secretarias Municipais.

As providências consideram:

- (i) a natureza contínua da necessidade de fornecimento de EPIs;
- (ii) a obrigatoriedade legal de disponibilização desses equipamentos aos servidores;
- (iii) os riscos inerentes à inadequação ou ausência de equipamentos de proteção;
- (iv) a necessidade de alinhamento entre planejamento, aquisição, distribuição e controle de uso.

As ações a seguir descritas visam garantir que a contratação atenda aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da transparência e da busca da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **Plano de Ação – Providências Administrativas**

<b>Atividade (Planejamento)</b>	<b>Responsável</b>	<b>Risco Associado</b>	<b>Medida de Mitigação</b>
Levantamento e consolidação da demanda de EPIs	Secretarias Requisitantes / Segurança do Trabalho	Definição inadequada da necessidade	Utilização de histórico de consumo, análise de riscos ocupacionais e validação técnica





Revisão e saneamento dos descritivos dos itens	Setor Técnico / Segurança do Trabalho	Especificações restritivas ou inadequadas	Ajuste dos descritivos com foco em competitividade e conformidade normativa
Consolidação da planilha de quantitativos e valores estimados	Setor de Compras	Sub ou superdimensionamento	Utilização de dados históricos e pesquisa de mercado atualizada
Elaboração e validação do Termo de Referência	Setor Técnico / Jurídico	Inconsistências entre ETP e TR	Revisão integrada dos documentos
Definição dos critérios de habilitação	Setor Jurídico / Compras	Fornecimento de produtos inadequados	Exigência de CA válido e conformidade com normas técnicas
Definição dos critérios de recebimento e fiscalização	Setor Técnico / Almoxarifado	Recebimento de produtos fora das especificações	Estabelecimento de critérios objetivos de conferência
Verificação da disponibilidade orçamentária	Setor Financeiro	Insuficiência de recursos	Planejamento orçamentário prévio
Capacitação dos responsáveis pela fiscalização	Administração / Setor Técnico	Falhas no acompanhamento contratual	Treinamento e orientação dos fiscais
Aprovação da contratação	Autoridade Competente	Fragilidade na governança	Formalização dos atos administrativos
Publicação do edital	Setor de Compras	Baixa competitividade	Divulgação ampla e regras claras

#### **Observações Complementares sobre as Providências**

- Os descritivos dos itens já foram previamente ajustados no âmbito do DFD, com base em análise técnica especializada, visando evitar restrições indevidas à competitividade.
- Os valores estimados serão continuamente avaliados quanto à aderência ao mercado, especialmente considerando histórico de licitações frustradas.
- A exigência de Certificado de Aprovação (CA) válido será mantida para todos os itens obrigatórios, conforme NR-06.
- O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração.

#### **12.1 – MAPA (MATRIZ) DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

O presente Mapa de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e tratar os principais eventos que possam impactar negativamente o planejamento, a contratação e a execução do fornecimento de EPs.

#### **MATRIZ DE RISCOS**

##### **Fase – Planejamento**





Risco	Impacto	Probabilidade	Ação Preventiva	Ação de Contingência
Especificações restritivas	Fracasso da licitação	Média	Revisão técnica dos descritivos	Ajuste do TR
Estimativa de preços inadequada	Licitação deserta	Média	Pesquisa de mercado atualizada	Revisão dos valores
Quantitativos incorretos	Falta ou excesso de estoque	Média	Uso de histórico de consumo	Ajustes durante execução
Desalinhamento ETP/TR	Impugnações	Baixa	Revisão integrada	Correção formal
Questionamentos externos	Atrasos no processo	Baixa	Fundamentação técnica robusta	Prestação de esclarecimentos

### Fase – Execução

Risco	Impacto	Probabilidade	Ação Preventiva	Ação de Contingência
Fornecimento de produtos fora das especificações	Comprometimento da segurança	Média	Exigência de CA e fiscalização	Recusa e substituição
Produtos sem certificação válida	Irregularidade legal	Baixa	Conferência documental	Aplicação de sanções
Atraso na entrega	Prejuízo às atividades	Média	Definição de prazos contratuais	Penalidades
Baixa qualidade dos EPs	Risco ao servidor	Média	Controle de qualidade	Substituição imediata
Falhas na distribuição interna	Uso inadequado	Média	Controle de estoque	Reorganização logística
Atraso de pagamento	Descontinuidade	Baixa	Planejamento financeiro	Regularização

### Observações Gerais sobre os Riscos

- A revisão dos descritivos realizada previamente no DFD reduz significativamente o risco de licitação fracassada.
- A adoção de julgamento por item amplia a competitividade e mitiga riscos de desabastecimento.
- A exigência de CA válido garante conformidade legal e segurança dos usuários.
- O modelo de fornecimento parcelado permite maior flexibilidade e controle.

### Conclusão da Matriz de Riscos

O conjunto de providências adotado está alinhado ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento da contratação e à gestão de riscos.





Conclui-se que os riscos identificados são **controláveis e adequadamente mitigados**, considerando:

- o saneamento técnico prévio dos itens;
- a adequação dos preços ao mercado;
- a definição clara das exigências técnicas e normativas;
- e a estruturação de mecanismos de controle e fiscalização.

Dessa forma, a contratação mostra-se **tecnicamente viável, juridicamente segura e administrativamente eficiente**, garantindo o fornecimento adequado de EPIs, a proteção dos servidores e o atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021.

### XIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui relação funcional com as rotinas administrativas e operacionais dos diversos setores da Administração Municipal que demandam o uso contínuo de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, especialmente aqueles vinculados às atividades operacionais, de manutenção, serviços urbanos, saúde, obras e demais áreas que envolvem riscos ocupacionais.

Todavia, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar é autônomo, restringindo-se à **aquisição de EPIs**, não havendo dependência direta de outras contratações para sua plena execução.

Ressalta-se que a Administração Municipal já dispõe de estrutura organizacional apta à gestão, controle e distribuição dos equipamentos, incluindo almoxarifado, controle de estoque e setores responsáveis pela segurança do trabalho, o que assegura a adequada operacionalização do fornecimento e utilização dos itens a serem adquiridos.

Eventuais contratações correlatas, como serviços de treinamento, gestão de segurança do trabalho ou fornecimento de uniformes, possuem natureza complementar e não condicionam a efetividade da presente contratação.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é **independente**, não exigindo a formalização de instrumentos adicionais para sua execução, sem prejuízo da integração com políticas internas de saúde e segurança ocupacional.

### XIV- IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs apresenta impactos ambientais indiretos e controláveis, considerando que se trata do fornecimento de bens de consumo destinados à proteção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Os principais impactos ambientais associados ao objeto estão relacionados à:

- geração de resíduos após o uso dos equipamentos, especialmente aqueles de caráter descartável;
- descarte inadequado de materiais como borracha, plástico, tecidos sintéticos e componentes químicos;
- ciclo de vida dos produtos, desde a fabricação até a destinação final.





Diante disso, deverão ser observadas as seguintes diretrizes ambientais:

- fornecimento de produtos que atendam às normas técnicas e regulamentares, garantindo maior durabilidade e redução de descarte frequente;
- priorização, sempre que possível, de materiais com menor impacto ambiental e maior vida útil;
- orientação quanto ao uso adequado e racional dos EPIs, evitando desperdícios;
- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação vigente;
- observância, pelos fornecedores, das normas ambientais aplicáveis aos processos produtivos.

Ressalta-se que os EPIs deverão atender às exigências da legislação trabalhista e normativa, especialmente quanto à certificação de qualidade e segurança, o que também contribui para a sustentabilidade ao evitar substituições prematuras por falhas técnicas.

A Administração Pública, por meio da fiscalização contratual, deverá acompanhar o cumprimento dessas diretrizes, promovendo práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade, da responsabilidade socioambiental e da eficiência na gestão pública, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

#### **XV- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

Diante das análises técnicas, administrativas, mercadológicas e legais realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a **aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs** mostra-se necessária, adequada e plenamente viável para o atendimento das demandas identificadas no âmbito da Administração Municipal.

A contratação é essencial para garantir a proteção da saúde e da integridade física dos servidores públicos que desempenham atividades com exposição a riscos ocupacionais, atendendo às exigências legais e normativas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança do trabalho.

O estudo de mercado demonstrou a existência de ampla oferta de fornecedores aptos ao fornecimento dos itens, bem como a viabilidade de definição de especificações técnicas ajustadas, capazes de assegurar a qualidade dos produtos sem restringir indevidamente a competitividade, conforme saneamento realizado na fase de planejamento.

A solução proposta encontra-se alinhada ao Documento de Formalização da Demanda – DFD, tendo sido objeto de ajustes técnicos relevantes, incluindo:

- revisão e padronização dos descritivos dos itens;
- adequação das especificações para ampliação da competitividade;
- alinhamento dos valores estimados à realidade de mercado;
- correção de inconsistências que poderiam comprometer a efetividade da contratação.

O valor estimado global de **R\$ 188.741,75** apresenta-se compatível com os preços praticados no mercado, conforme levantamento realizado, assegurando a observância dos princípios da economicidade, da eficiência e da vantajosidade.







Dessa forma, manifesta-se posicionamento **favorável à continuidade do processo licitatório**, recomendando-se a adoção da modalidade adequada, com julgamento por item, de modo a ampliar a competitividade e garantir maior eficiência na contratação.

Conclui-se que a solução proposta atende plenamente ao interesse público, assegurando:

- a proteção dos servidores;
- a conformidade com as normas de segurança do trabalho;
- a adequada aplicação dos recursos públicos;
- a mitigação de riscos administrativos e operacionais.

Assim, a contratação mostra-se **tecnicamente adequada, juridicamente segura e administrativamente eficiente**, estando apta ao prosseguimento para as próximas fases do processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **XVI- DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Nesse sentido, constitui-se como objeto do processo:

**Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, por meio do Sistema de Registro de Preços, destinados ao atendimento das demandas dos diversos setores da Administração Municipal do Município de Pimenta/MG**, visando à proteção da saúde e da integridade física dos servidores no desempenho de suas atividades, conforme condições, especificações técnicas, quantitativos estimados e critérios estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e nos demais instrumentos que instruirão o processo de contratação.

## **AUTORIDADES COMPETENTES**

Aprovamos este Estudo Técnico Preliminar e atestamos sua conformidade às disposições legais.

**Pimenta/MG, 06 de abril de 2026.**



Assinatura Eletrônica por: Pablo Henrique da Costa, em: 06/04/2026 15:48:23 - Gerente de Seção de Contabilidade, CPF: \*\*\*.457.886\*\*.  
Hash:  
fc490ca45c00b1249bbe3554a4fdf6fb&t=int

**Central de Planejamento, Coordenação,  
e Gestão de Contratações Públicas - CPCGC**



## ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL

---



Documento Assinado Eletronicamente por: Pablo Henrique da Costa - na Data/Hora: 07/04/2026 07:14:49 - CPF: \*\*\*.457.666\*\* - Cargo: Gerente de Seção de Contabilidade - Qualificado em: 05/01/2026 - Pelo Documento: Port. 2.543/ 2026 - Código de Autenticidade da Assinatura: fc490ca45c00b1249bbe3554a4fdf6fb, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



### DADOS DO DOCUMENTO

---



Código do Documento: 615849 - Nome do Documento: EPI'S - Tipo do Documento: ETP - Estudo Técnico Preliminar - produzido em: 06/04/2026, Neste ato assinado por: Pablo Henrique da Costa - na data: 06/04/2026 15:48:23. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W5S8F4L9